

ESTADO DE SÃO PAULO 22 JUN 2000

Planalto começa a negociar

Orçamento 'quase impositivo'

 LILIANA LAVORATTI

BRASÍLIA – A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001 vai impor limites às emendas dos parlamentares para obras paroquiais no Orçamento da União e, ao mesmo tempo, limitar a liberdade do governo de bloquear recursos que sejam aprovados. As mudanças começaram a ser negociadas ontem entre o relator da LDO, deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE), e o ministro do Orçamento e Planejamento, Maratus Tavares. “O Orçamento será quase impositivo”, disse Guerra, que quer votar até a quinta-feira da semana que vem a lei na Comissão Mista de Orçamento e no Congresso.

O substitutivo de Guerra vai interpretar artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal, para facilitar a aplicação das novas regras de gestão de recursos públicos de Estados e municípios. Essa é a primeira LDO adaptada à Lei Fiscal, vigente desde maio. “Estamos detalhando com o governo artigos que ainda não estão claros, como os relativos às licitações públicas e ao aumento de gastos com pessoal”, disse o relator.

A LDO poderá abrir espaço para maior participação do Congresso na destinação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O relator vai propor na terça-feira, em almoço com o presidente do banco, Francisco Gross, que os parlamentares tenham influência na definição de estratégias de aplicação das verbas. O principal argumento é que o banco deci-

de sozinho o destino de empréstimos feitos com recursos públicos, entre os quais 40% da arrecadação do PIS-Pasep, criado para financiar o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A adoção de modelo mais realista tem apoio do governo, segundo Guerra. “O Congresso quer mais segurança na execução do Orçamento aprovado e o governo está disposto a fazer acordo”, afirmou. O substitutivo negociado deverá ser divulgado amanhã e chegar ao plenário quinta-feira, penúltimo dia para ser posto em votação. A legislação proíbe

que o recesso parlamentar comece antes da aprovação da LDO.

A intenção do relator é adotar um Orçamento “quase” mandatório, ou impositivo – hoje ele é autorizativo, ou se-

ja, dá ao Executivo a liberdade de decidir se libera ou não recursos para os gastos previstos. O Orçamento “quase” mandatório exigirá concessões dos dois lados. Guerra disse que reduzirá as prioridades dos programas e obras do governo propostas em um anexo da LDO.

Pela primeira vez, o Executivo quer incluir já na LDO as ações de maior interesse. Mas essas prioridades chegam a R\$ 5 bilhões do total de R\$ 7 bilhões que deverão sobrar no Orçamento de 2001 para investimentos – a parte onde se concentram as emendas dos parlamentares. Os parlamentares terão de abrir mão da enxurrada de emendas. A LDO fixará critérios rigorosos para sua apresentação. “Queremos pôr freio nas emendas”, afirmou o deputado Sérgio Guerra.

TEXTO VAI
AUMENTAR
RESTRIÇÕES
A EMENDAS